

DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA E RACIAL: A Importância da Ação Pedagógica Desde a Educação Infantil Para a Formação de Uma Sociedade Mais Democrática

Thayara da Costa Teixeira

Graduanda em Pedagogia,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Marcelina Ferreira Vicente

Mestre em Educação – FCT/UNESP; Graduada em Pedagogia– UFMS
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

RESUMO

Este artigo de revisão bibliográfica tem como objetivos refletir sobre a discriminação étnica e racial e também sobre como implementar práticas que combatam tal realidade, desde a educação infantil. O artigo será organizado em duas partes, todas elas têm como pano de fundo as questões étnico-raciais. Na primeira, discutimos brevemente sobre a educação infantil. Na segunda problematizamos a respeito do racismo e sua configuração na sociedade e apresentamos para o leitor sugestões de práticas pedagógicas para crianças pequenas, ou seja, de até 5 anos. Concluímos que o racismo e suas práticas estão presentes na sociedade, muitas delas veladas. Assim, apontamos que as práticas pedagógicas desde a educação infantil é uma forma de discutir a formação da sociedade brasileira, ressaltando a importância do negro. A literatura, jogos, brinquedos e brincadeiras em que há a presença de personagens de diferentes etnias é uma forma de mostrar as diferenças existem, mas que os seres humanos pertencem a uma mesma raça, a humana.

PALAVRAS-CHAVE: discriminação; racismo; educação infantil; prática pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

A educação infantil, antes tida como assistencialista hoje representa um direito para a criança (KRAMER, 2001). Como primeira etapa da Educação Básica ela representa um avanço em termos de cuidados, proteção e prática pedagógicas que promovam a aprendizagem e desenvolvimento das crianças de até 5 anos (KRAMER, 2001).

Dessa maneira, é na educação infantil que as crianças tem o direito de se desenvolverem integralmente na convivência com outras crianças e adultos. O gosto e respeito pelo outro não é algo que nasce com a criança, mas que, concordando com os estudos da teoria histórico cultural que tem como precursor Vygotsky, se aprende no dia a dia, nas interações. Por isso e, com base nas práticas como estagiária desenvolvendo a função de atendente junto a crianças de até 3 anos, defendemos que desde a educação infantil é importante trabalhar com práticas

pedagógicas distintas em que o respeito por negros e negras se legitime.

Diante do exposto, alguns questionamentos afloraram no decorrer do meu processo formativo, sendo eles: *Será que as crianças pretas recebem carinho enaltecendo o tom da sua pele? Dizendo o quanto são bonitos? Ao pentear uma cabeleira crespa com cremes específicos, elogiam seus cachinhos?*

Assim, este artigo de revisão bibliográfica tem como objetivos refletir sobre a discriminação étnica e racial e também sobre como implementar práticas que combatam tal realidade, desde a educação infantil.

Desse modo, o artigo está organizado em duas partes. Na primeira, discutimos brevemente sobre a educação infantil. Na segunda, problematizamos a respeito do racismo e sua configuração na sociedade e ao mesmo tempo trazemos para o leitor sugestões de práticas pedagógicas para crianças pequenas, ou seja, de até 5 anos.

2 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a discriminação étnica e racial e também sobre como implementar práticas que combatam tal realidade, desde a educação infantil.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Como mencionamos anteriormente, este estudo se insere em um tipo de revisão bibliográfica. A pesquisa bibliográfica, com base em Gil (2008) é a que se desenvolve com base em material já produzido, em publicações em livros e artigos. Desse modo, esta pesquisa possui caráter exploratório que, segundo Gil (2008, p. 41), “permite maior familiaridade com a problemática com a finalidade de explicar e contribuir com as discussões teóricas”. Neste intuito, tivemos como fundamentação teórica as Diretrizes Curriculares da educação infantil, a legislação que prevê a obrigatoriedade da discussão das questões étnico-raciais no meio educacional e textos científicos de autores com amplo conhecimento acerca da temática.

Convém destacar que sentimos falta de material bibliográfico acerca da temática, uma vez que, discorrer acerca das questões étnico-raciais na educação infantil ainda é um campo restrito.

4 EDUCAÇÃO INFANTIL: Uma Conquista, Um Direito

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, nº 9394/96), a educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, cumpre uma função social e política. Citando o Art. 29. da LDB (9394) a educação infantil tem como “[...] finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 2019).

Assim, podemos perceber que a educação infantil é uma etapa fundamental na constituição da identidade das crianças, uma vez que promove essa integração dos diversos conhecimentos e habilidades.

Como já mencionamos anteriormente, a educação infantil antes vista como assistencialista, hoje representa um direito para a criança. Não se trata de um benefício para uma parcela da sociedade, mas um direito amparado legalmente. Portanto, as ações de cuidar e educar que são desempenhadas por profissionais qualificados são necessários para a aprendizagem e desenvolvimento infantil. E, para que as ações se concretizem rumo ao objetivo da formação integral da criança, há um currículo que norteia todo o processo educativo como consta nas Diretrizes da educação infantil:

Art. 3º O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, 2009).

Portanto,

Art. 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios: I – Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades. II – Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática. III – Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2009).

O fortalecimento da identidade, o reconhecimento das diferenças e respeito a elas precisam ser operacionalizadas nas práticas cotidianas. Lembrando que,

Cada fase da vida apresenta suas especificidades, requerendo de quem lida com o ser humano uma atenção especial às necessidades que caracterizam cada momento. No período em que consideramos a educação infantil, isto é, em que a criança tem de zero a seis anos, é fundamental ficar atento ao tipo de afeto que recebe e aos modos como ela significa as relações estabelecidas com e por ela. Desde o nascimento, as condições materiais e afetivas de cuidados são marcantes para o desenvolvimento saudável da criança (BRASIL, 2009, p.31).

Neste sentido, espera-se que os professores que atuam com crianças, tenham formação e, portanto, conhecimento teórico-prático acerca do desenvolvimento infantil e das necessidades das crianças, quer seja de afeto, do brincar e das interações com o outro. Dessa maneira, o modo como recebe carinho, como tem suas características pessoais enaltecidas é importante.

Concordamos que

A educadora, por sua vez, é um ser humano possuidor de singularidades e está imersa em determinada cultura que se apresenta na relação com o outro (igual ou diferente). Manifestar-se contra as formas de discriminação é uma tarefa da educadora, que não deve se omitir diante das violações de direitos das crianças. Mobilizar-se para o cumprimento desses direitos é outra ação necessária. Essas atitudes são primordiais às educadoras que buscam realizar a tarefa de ensinar com responsabilidade e compromisso com suas crianças (BRASIL, 2009, p.32).

Percebemos que, a função docente na educação infantil deve ser planejada e constantemente revista para que a garantia dos direitos das crianças se efetivem. E, neste sentido, muitas vezes a formação continuada, principalmente as que ocorrem in lócus, contribuem para que o professor reflita sobre a prática pedagógica e certos pré-conceitos arraigados, os quais podem dificultar uma prática pedagógica coerente com princípios éticos de atendimento a diversidade étnica e racial.

5 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DE COMBATE AO RACISMO E PRECONCEITO RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A luta e enfrentamento ao racismo e preconceito racial são históricos. Não é fácil romper com as medidas discriminatórias e a política que pregava a inferioridade de uma parcela da população, a negra. Por isso,

Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender educação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e

discriminações, correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários (BRASIL, 2004, p.14-15).

Compete, portanto, à educação buscar formas de disseminar uma cultura contrária ao que temos assistido ao longo de tantos anos. A população negra, majoritária no país, tem reivindicado a igualdade de direito. Igualdade que foi por séculos negados como fica claro nos textos que compõem as Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2006).

E assim, como formas de enfrentamento foram sendo instituídas leis e diretrizes para garantir a igualdade entre povos de diferentes etnias, de diferentes tons de pele.

De acordo com a Lei 12.288 de 20/07/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial:

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada (BRASIL, 2010).

O acesso aos bens públicos, serviços, cultura, lazer, exercício da religiosidade devem ser assegurados. Por estudo das relações entre os povos brancos e negros é importante. O povo brasileiro é composto por uma mistura de cores, de tons, de culturas, e isso compõe a diversidade. Diversidade que deve ser respeita e exaltada.

Em 2008, com a Lei n. 11.645/2008 de 10 de março de 2008, a redação, em vigor, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, passou a ter a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2017).

Na educação infantil não pode ser diferente, é lá que a criança tem contato com outras crianças e adultos. É no contato com o outro, com o diferente que ela desenvolve a sua identidade. “A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1987, p 13).

Não há superioridade entre os humanos, entre brancos e negros, entretanto, há uma diferença que faz com que os seres humanos sejam únicos, isso precisa ser dito, apresentado e problematizado pelos professores. Munanga (2005, p. 200) ressalta que “cabe ao professor selecionar e retirar do projeto pedagógico em desenvolvimento na escola aqueles objetivos que digam respeito à cidadania e à democracia e permitam ao aluno um trabalho continuado contra o racismo, o preconceito e a discriminação [...]”

Na educação infantil também é possível encontrarmos casos de desigualdade racial, que se caracteriza por “[...] toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica” (BRASIL, 2010, p.13).

E, então, nos perguntamos, como fazer para promover práticas mais adequadas e coerente com o que estamos discutindo? De acordo com Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais (2006) destacamos alguns aspectos:

a) Brinquedos: apresentar para as crianças na mesma proporção da situação real, bonecas/as negros, brancas, asiáticas. Brincar com a diversidade. Ter disponível diferentes peças de roupas para as brincadeiras de faz-de-contas, dentre elas a estampania e túnicas; b) Literatura: contos africanos em que enaltecem personagens negros como príncipes e

princesas. Contar histórias em que os personagens não sejam os brancos, mas que a diversidade de tons de pele se faça presente; c) Exibir filmes e histórias em vídeo em que esteja presente a diversidade (BRASIL, 2006, p. 14).

Concordamos com a obra citada ao trazer sugestões que oportunizem aos professores discutirem em coletivo como implementar as práticas no cotidiano, durante todo o ano letivo.

É válido ressaltar que,

O silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido que seja transmitida aos(as) alunos(as) uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento desse problema por parte dos profissionais da educação e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao grupo negro. Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças; ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização raciais (BRASIL, 2006, p.23).

Portanto, é preciso que nós, enquanto profissionais da educação, possamos criar/promover/incentivar, momentos de discussões coletivas sobre a temática dentro dos contextos de atuação pedagógica e não silenciar ou ocultar o que acontece no cotidiano da sociedade, das escolas e dos Centros de educação infantil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema não se esgota, ao contrário, suscita novas reflexões. No entanto, foi possível discutir, brevemente, sobre a educação infantil e o direito que as crianças tem de uma educação de qualidade, que atenda seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, principalmente no que se refere a questão étnica e racial.

No que se refere aos questionamentos levantados inicialmente, neste trabalho; *será que as crianças pretas recebem carinho enaltecendo o tom da sua pele? Dizendo o quanto são bonitos? Ao pentear uma cabeleira crespa com cremes específicos, elogiam seus cachinhos?* Nosso objetivo ao apresentar essas questões foi provocar o leitor para a temática. O referencial teórico estudado ao longo do desenvolvimento deste estudo permite afirmar que são poucas as práticas em que o carinho, cuidado e atenção com as crianças negras se efetivam.

Dessa maneira, reafirmamos que pertencemos a uma mesma raça, a

humana. Entretanto, há diferenças que nos fazem únicos, nem melhores, nem piores, mas diferentes. E, diferença carece de ser referendada nas práticas pedagógicas com crianças pequenas.

A principal atividade da educação infantil é o brincar, é por meio dele que a criança aprende e se desenvolve, portanto, todo o ambiente, mobiliários, brinquedos devem contribuir para a atividade fim. Assim sendo, foi com essa citação que elegemos o brinquedo, a literatura e exibição de vídeos que contribuam com a prevenção do racismo e discriminação racial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Secad/MEC, 2004.

BRASIL. Estatuto da Igualdade Racial. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Brasília, DF, 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em 02 ago. 2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96. (Versão *online* atualizada). 2013.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, S. A Identidade Cultural Pós-Moderna. A Identidade em Questão. Rio de Janeiro: DP&A Editora 2006.

KRAMER, S. A política pré-escolar no Brasil: arte do disfarce. São Paulo: Cortez, 2001.

VIGOTSKY, L. Se. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2000.